



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Ghetti Senra, Carmem Magda; Lobo Guzzo, Raquel Souza
ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA: SOBRE AS TENSÕES E CONFLITOS DO PSICÓLOGO NO
COTIDIANO DO SERVIÇO PÚBLICO
Psicologia & Sociedade, vol. 24, núm. 2, mayo-agosto, 2012, pp. 293-299
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326586006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLOGIA: SOBRE AS TENSÕES E CONFLITOS DO PSICÓLOGO NO COTIDIANO DO SERVIÇO PÚBLICO

SOCIAL WELFARE AND PSYCHOLOGY: ABOUT TENSION AND CONFLICTS OF PSYCHOLOGIST AT THE PUBLIC SERVICE

Carmem Magda Ghetti Senra

Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas, Campinas, Brasil

Raquel Souza Lobo Guzzo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil

RESUMO

O presente artigo buscou discutir a inserção da Psicologia na área da Assistência Social e a prática profissional do psicólogo no setor público. Para tanto, o contexto atual de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi abordado, relacionado, sobretudo à atuação nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e às reflexões sobre o compromisso social na Psicologia. Considera a importância da compreensão do profissional, enquanto elemento central na construção da política de Assistência Social e da elaboração de modelos de intervenção psicológicos comprometidos com a transformação da realidade social e as tensões do cotidiano deste trabalho.

Palavras-chave: psicologia social; assistência social; compromisso social; transformação social.

ABSTRACT

This article aims to discuss the inclusion of psychology in the area of Social Welfare and the professional practice of psychology in the public sector. Thus, the current context of implementation of the Single System of Social Welfare - SUAS was approached, related, especially the performance of the Reference Centers of Social Welfare - CRAS and reflections on the social commitment in Psychology. It considers the importance of understanding the professional as a central element in the construction of the Social Welfare and the development of models of psychological intervention committed to the transformation of social reality and the daily tensions at this work.

Keywords: social psychology; social welfare; social commitment; social transformation.

Introdução

A atuação do psicólogo no âmbito da Assistência Social pode ser considerada recente no Brasil. Apesar de relevante e de se constituir como uma ampliação necessária do campo profissional para um envolvimento mais direto com as questões sociais, essa realidade ainda impõe inúmeros desafios e problemas aos profissionais.

Em um cenário de profundas desigualdades sociais que se revelam de modo contundente no cotidiano do sistema público, o trabalho dos psicólogos, apesar dos esforços, confirma o quanto a psicologia, como ciência e profissão, manteve um distanciamento histórico das questões sociais considerando as individuais como mais centrais (Martín-Baró, 1997). Bock pontuou as contradições no desenvolvimento da Psicologia enquanto profissão:

E é importante registrar que, ao lado de toda uma prática e de um conhecimento 'diferenciador' e que via o homem de forma muito simplificada, a-histórica, no qual o aspecto social era, na maior parte das vezes, relegado a segundo ou último plano, conviviam um conhecimento crítico que concebia o homem e o fenômeno psicológico como indissociáveis do processo de socialização (Bock, 1999, p. 319)

Refletir sobre a prática profissional do psicólogo implica uma análise da inserção da Psicologia no campo da Assistência Social, contextualizando o momento atual de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do movimento de compromisso social emergente na Psicologia brasileira nas últimas duas décadas.

Inserção da Psicologia na Assistência Social

Compartilhamos com a posição de Parker (2007) de que, historicamente, a Psicologia constituiu-se como um poderoso instrumento da ideologia burguesa a serviço da sociedade capitalista, sobretudo no Brasil onde majoritariamente se voltou à caracterização de um profissional liberal focado no indivíduo isolado de seu contexto social. No entanto, “a entrada em campos como o da política social força-lhe a reaprender a fazer e pensar Psicologia” (Yamamoto & Paiva, 2010, p. 155).

Bock (2003) aponta três aspectos do caráter ideológico da Psicologia que acompanham as práticas profissionais, favorecendo o sentido acima exposto. Primeiro, a naturalização do fenômeno psicológico, resultando em uma concepção de universalidade do fenômeno psíquico, o que distancia a Psicologia da realidade social. Destaca também que “os psicólogos não têm concebido suas intervenções como trabalho” (Bock, 2003, p. 21), descolando dessa maneira a prática profissional dos interesses sociais e das disputas políticas da sociedade. Por fim, ressalta que a Psicologia tem concebido as pessoas como responsáveis pelo seu desenvolvimento, descartando o papel da sociedade e compreendendo o fenômeno psicológico a partir do próprio homem.

Tais aspectos tornam-se indispensáveis em uma análise crítica da inserção do psicólogo na área da Assistência Social. Partir de princípios como os predominantes historicamente na Psicologia redonda em uma prática conservadora e superficial diante da realidade da população atendida pelas políticas públicas de Assistência Social.

Além disso, cabe uma análise da recente presença da Psicologia nos setores públicos da Assistência Social. Isso se revela nas pesquisas realizadas (Botomé, 1979; Conselho Federal de Psicologia, 1988), que traçam um perfil da atuação do psicólogo, com predominância em consultórios particulares, demarcando o elitismo da profissão. Mello (1975), em estudo publicado no início da década de setenta, realiza uma crítica aos rumos da profissão, apontando que a Psicologia pela natureza de seu conhecimento deveria ser “muito mais que uma atividade de luxo” (p. 109).

Campos (1983) afirmava que as contingências do mercado de trabalho estariam “empurrando” o psicólogo para as classes subalternas e que esta migração exporia as insuficiências teórico-técnicas da Psicologia tradicional.

Esses estudos pontuaram, portanto, o elitismo da profissão, com a prática do psicólogo restrita àqueles que poderiam pagar pelos serviços profissionais, tornando inacessível o atendimento psicológico para a maior parte da população.

O Conselho Federal de Psicologia reconhece, ao publicar referências técnicas para o exercício profissional para a área da assistência social, que “a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da idéia de que o (a) psicólogo (a) só faz Psicoterapia” (Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, 2007, p. 20).

Uma análise da realidade concreta de vida das pessoas, a partir de uma compreensão histórica e social de constituição dos indivíduos exige, no entanto, novos posicionamentos da Psicologia e do fazer psicológico (o sofrimento psíquico não é igual para todos – ricos e pobres). Bock (1999) discute as limitações sociais do trabalho do psicólogo restrito aos consultórios particulares ou escritórios para a interferência ou a melhoria das condições de vida das pessoas atendidas

Dados de uma pesquisa solicitada pelo Conselho Federal de Psicologia (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, 2004) indicam que 55% dos participantes informaram que sua atividade principal era “atendimento clínico individual ou em grupo” e 53% que seu local de trabalho é o consultório particular (41%) e clínica (12%). Exercem suas atividades em políticas públicas de saúde, segurança ou educação 11% dos entrevistados.

Mesmo considerando essa configuração profissional, ainda majoritariamente atuando de modo individual e com uma abordagem clínica, o envolvimento e a presença dos profissionais nos espaços públicos têm crescido, sobretudo em organizações não-governamentais e no poder público. Yamamoto (2007), ao discutir esse movimento da área, pontua a importância do envolvimento dos psicólogos na área da saúde, sobretudo na participação na Luta Antimanicomial, “que acabam definindo algumas das condições para a inserção da categoria, de forma mais extensiva, no campo público do bem estar social” (p. 31).

De acordo pesquisa realizada pelo IBGE (2006, p. 55), em 2005, o número de pessoas ocupadas na área de assistência social da administração municipal foi, aproximadamente, de 140.000 pessoas, sendo 18,3% com formação superior em Psicologia e mais da metade (51,2%) com formação em Serviço Social. Havia, portanto, uma predominância de assistentes sociais, com a Psicologia como segunda categoria profissional presente neste setor dos serviços públicos. Essa situação vem se modificando ao longo dos últimos anos, especialmente depois da implantação do SUAS.

Desta inserção no campo da Assistência Social decorrem inúmeros desafios para o profissional de Psicologia. Em 2005, Senra conduziu um estudo em que os psicólogos da rede municipal de assistência puderam relatar as dificuldades encontradas em sua

prática, considerando, sobretudo, uma formação pouco embasada na realidade de atuação da Psicologia Social. Os resultados desse trabalho apontaram para uma tensão entre o papel profissional do psicólogo e do assistente social diante das demandas do campo de trabalho.

O trabalho conjunto entre estes dois profissionais (Serviço Social e Psicologia) constitui-se como um ponto de conflito gerando dúvidas quanto à complementaridade ou a especificidade em relação a sua atuação. Psicólogos e Assistentes Sociais questionam-se uns aos outros sobre seus papéis e funções diante da realidade com que têm que lidar no cotidiano do trabalho. Diante dos questionamentos, surgem inúmeras dificuldades quanto às possibilidades de intervenção no campo sem que sejam aprofundadas de modo coletivo (Senra, 2005).

Essa condição aponta para a importância de um aprofundamento desta realidade a partir de uma análise crítica acerca da natureza e características de sua intervenção, assim como da condição de vida das pessoas atendidas pelas políticas públicas de Assistência Social. Ao mesmo tempo, igualmente importante e necessária, a apropriação dos princípios e diretrizes das legislações da Assistência Social torna-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento do trabalho diante das mais difíceis e diversas condições sociais que se apresentam diante dos profissionais. (CFP e CFESS, 2007).

Concordamos com Freitas (2005) quando afirma que, na atualidade, é possível identificar uma proliferação de práticas e trabalhos comunitários dirigidos a uma variedade de problemáticas individuais e comunitárias. O crescimento das grandes cidades foi acompanhado de um processo de “periferização” que, por sua vez, não foi acompanhado de investimentos públicos para atendimento da população, atribuindo essa responsabilidade a organizações não-governamentais. O crescimento dessas organizações se deu de modo segmentado com intervenções para várias finalidades (criança, adolescente, família, idoso, morador de rua) em uma lógica assistencialista, historicamente construída nas políticas públicas de Assistência Social e insuficientes para uma mudança da realidade cotidiana da população atendida. A prática psicológica na Assistência Social encontra, assim, o desafio de ampliar o debate entre os diversos atores da política dessa área e de investir na sistematização das práticas que se comprometam com a transformação da realidade, e não com sua manutenção.

Com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a atuação do psicólogo está em pauta. No âmbito nacional, os psicólogos estão integrando as equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dos municípios (Ministério

de Desenvolvimento Social, 2004). A Política Nacional de Assistência Social propõe uma maior integração das ações da Assistência Social, mas o lugar do psicólogo nessa conjuntura ainda se encontra em construção.

Há a permanência de dificuldades antigas para aqueles profissionais que já atuam na área e novos desafios que exigem a construção de estratégias de superação e fortalecimento para que seja possível o desenvolvimento das ações e o aprofundamento do debate sobre o papel do psicólogo e as contribuições da Psicologia para a Assistência Social.

O psicólogo no SUAS: cenário atual

A inserção do psicólogo na Assistência Social oficializa-se no país, portanto, por intermédio do SUAS, como um dos profissionais que devem compor as equipes dos CRAS e dos CREAS.

Com o processo de implantação do SUAS em todo território nacional amplia-se, significativamente, o número de psicólogos inseridos no campo da Assistência Social no nível do Poder Público e das ONGs, na composição das equipes da rede socioassistencial. Mas não basta o ingresso dos profissionais de psicologia no campo. É preciso mais – acompanhamento e formação para a intervenção com uma análise crítica da realidade social e política.

Botarelli (2008, p. 16) enfatiza esse aspecto:

O trabalho de profissionais da área de assistência social passou por uma nova estruturação a partir deste novo ordenamento, mas ainda resta aprofundar-se sobre a consolidação do que e quais são as ações e os serviços sócio-assistenciais a serem caracterizados como básicos ou especiais.

A atuação em contextos adversos, como em bairros na periferia das cidades ou em ocupações ou favelas implica a elaboração de metodologias alternativas às que são comuns e tradicionais no fazer do psicólogo. Ao profissional de Psicologia cabe a análise da ausência histórica de investimento do Estado nessas comunidades, culminando com a inexistência e insuficiência de espaços e equipamentos públicos, assim como a necessidade de revisitar as próprias intervenções da Psicologia, que precisam transpor os limites de uma sala, para um outro modelo de atendimento fundamentado em uma análise crítica da profissão (Parker, 2007).

Existem inúmeros desafios a serem enfrentados na construção do lugar do psicólogo nas políticas públicas de Assistência Social, em especial na atualidade, com a implementação do SUAS. Em alguns municípios, a contratação de muitos psicólogos oficializa-se por meio de ONGs, sob a justificativa de impedimentos fiscais e legais pelos gestores municipais e a ausência de con-

cursos públicos para o cargo. A inserção profissional, articulada dessa forma, precariza o serviço público, além de assumir contornos de desvalorização da categoria profissional com baixos salários e alta rotatividade de profissionais.

Botarelli (2008, p.52) apresenta proposição semelhante ao afirmar que:

Ao considerarmos a agenda neoliberal no setor das políticas públicas, a probabilidade de envolvimento profissional do psicólogo por delegação do CRAS no chamado ‘terceiro Setor’ é mais promissora do que propriamente o desenvolvimento de trabalhos no âmbito do estado, mesmo que a ocupação seja significativamente maior também no setor público comparativamente às primeiras décadas após a regulamentação da assistência.

Este contexto de terceirização do serviço público remete o psicólogo a um lugar de subalternidade aos gestores das ONGs, no atendimento dos interesses específicos de cada entidade. Os profissionais contratados pelas ONGs vivenciam dilemas semelhantes aos profissionais do Poder Público, mas em sua maioria participam pouco pelo temor da perda do emprego vulnerável e instável resultado do tipo precarizado de contrato de trabalho.

Destacamos assim que, embora haja hoje uma preocupação crescente com a formulação de parâmetros e diretrizes para a atuação do psicólogo no SUAS, mais especificamente nos CRAS (Conselho Federal de Psicologia, 2007a; CFP e CFESS, 2007), isso não se traduz em uma prática profissional, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Muitas vezes as diretrizes são subvertidas obedecendo aos interesses dominantes da gestão municipal ou da direção das ONGs.

Por outro lado, os psicólogos (servidores públicos concursados) vivenciam os dilemas estruturais da atuação, que sofre as repercussões das mudanças administrativas e os impactos da falta de investimento em infraestrutura tanto para as comunidades quanto para os próprios serviços públicos. Mesmo com um contrato mais estável, esses profissionais também sofrem o temor da retaliação, dependendo da postura assumida pelos gestores municipais da Assistência Social.

Observamos, portanto, que os avanços no discurso pertinentes à área da Assistência Social, assim como da própria Psicologia, ainda não são acompanhados de avanços no cotidiano da ação. Documentos oficiais não garantem a ocorrência na gestão dos municípios, muito menos a competência profissional para o exercício em condições totalmente adversas. Nesse sentido, Botarelli (2008) alerta para os riscos, na implantação dos CRAS, dentre uma das discussões na área: a permuta de plantões sociais centralizados para a periferia da cidade sem uma reflexão sobre ações de cunho transformador

e com o agravante do isolamento das pessoas excluídas em seu próprio território.

A prática profissional do psicólogo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social configura desafios para além de uma atuação técnica (abordagens e metodologias psicológicas), pois esta inserção no campo de atuação é contraditória e muitas vezes tensa na articulação entre os profissionais, sua prática profissional e a instituição pública. Não se resolvem as questões sociais e a falta de acesso da população ao atendimento psicológico disponibilizando o profissional sem uma formação adequada ou infraestrutura de trabalho.

Pontuamos, assim, a importância do olhar crítico dos profissionais da Psicologia que atuam na área da Assistência Social e da articulação necessária entre a prática e a produção de conhecimento acumulada pela Psicologia nos últimos anos, especialmente, no contexto latino-americano com realidade social semelhante.

Compromisso social da Psicologia

“No final dos anos 80, começaram novos movimentos de mudança na atuação profissional e adotou-se o lema do compromisso social como norteador da atuação psicológica” (CFP e CFESS, 2007, p. 20).

A “I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social”, realizada em 2000 pelo Conselho Federal de Psicologia, pode ser considerada um evento marcante na visibilização das diversas práticas sociais dos psicólogos. Yamamoto (2007) destaca que o compromisso social do psicólogo passa de “tema a lema” nos debates sobre a profissão, vinculado a um grupo de psicólogos que lideraram este movimento. O compromisso social da Psicologia valorizava a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana (CFP, 2007a, p. 6). Os significados atribuídos a este compromisso, no entanto, têm sido diferenciados de acordo, por exemplo, com a formação do profissional, ideologia, contextos de atuação, entre outros fatores. Concordamos com Lopes (2005, p. 10) quando aponta que o “conteúdo ideológico está presente na construção e na utilização de todo e qualquer conceito dentro das ciências, com maior ou menor grau de consciência de quem dele se apropria”. Mas, ainda, não basta dizer de compromisso social. Para que uma profissão assuma para si a proposta de enfrentar a sociedade desigual e injusta, a serviço da emancipação humana, é preciso que ela rompa com suas próprias amarras históricas de uma profissão comprometida com a classe social dominante e que se mantêm reproduzindo e mantendo o status quo (Martín-Baró, 1997; Prilleltenski, 1994).

Destacamos aqui a discussão proposta por Guareschi (2001) de que se torna necessário explicitar de

que social estamos falando, quando nos referimos ao compromisso social da Psicologia, desvelando a visão de mundo dos psicólogos. Em consonância com Lopes (2005), Guareschi (2001, p. 80) esclarece ainda que:

A concepção que temos de social passa a se concretizar muitas vezes inconscientemente, na prática, em minhas condutas, ou comportamentos, e no tipo de relações que eu estabeleço. É na prática que vamos testar qual é o nosso social, qual o nosso compromisso social.

A heterogeneidade e o uso banalizado do termo como constituinte de modismos e de vocabulário politicamente correto no meio dos profissionais sem uma correspondente mudança na realidade do trabalho dificultam o aprofundamento e a compreensão das questões envolvidas e esvaziam de sentido um projeto técnico-político para a profissão e para os profissionais em exercício.

Martinez Mitjans (2003) elenca questionamentos que consideramos de importância para a discussão do compromisso social na Psicologia. A autora considera complexa essa discussão, tornando-se necessária a reflexão sobre a quem se refere o compromisso social:

É o corpo articulado de conhecimentos representado pela Psicologia como ciência particular que se compromete socialmente ou é o indivíduo psicólogo que produz esses conhecimentos ou que os utiliza nas suas práticas profissionais específicas? (Martinez Mitjans, 2003, p. 144)

Dessa forma, o compromisso social na psicologia pode assumir conotações variadas, cabendo o esclarecimento de com quem e de que forma ele é firmado. Assim, entendemos que o discurso de compromisso social da Psicologia deve estar articulado com uma prática coerente com tal propósito.

A Psicologia é uma construção humana condicionada histórica e culturalmente (Martinez Mitjans, 2003) e os psicólogos ocupam lugar central quando se pretende abordar esta questão do compromisso social. Os conhecimentos são produzidos por sujeitos concretos imbuídos de suas experiências, visão de mundo e interesses que se expressam em práticas diversificadas.

Quando Yamamoto (2007, p. 34) aponta que “atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia”, é preciso retomar o projeto da profissão com crítica consistente de diferentes elementos presentes na formação e no exercício profissional nos diferentes setores sociais onde a profissão se faz presente. Para uma atuação comprometida socialmente, não basta somente deslocar práticas e modelos teóricos de outros contextos de atuação do psicólogo para espaços comunitários, ou mesmo, restringir a abrangência de sua atuação.

Concordamos que é insuficiente e ineficaz uma intervenção que não busque a contextualização das vivências dos diversos espaços sociais e das pessoas e comunidades que constituem o tecido social com o qual o profissional trabalha. Martin-Baró (1997) aponta que o psicólogo deve despojar-se de pressupostos teóricos adaptacionistas e que para isso é necessária a elaboração de novas visões conceituais, novos métodos de diagnóstico e de intervenção – a construção de uma outra psicologia.

Em uma prática no campo da Assistência Social entendemos que é necessário um aguçamento do olhar crítico sobre as relações hegemônicas da sociedade, das políticas públicas existentes construídas nesse contexto e das condições concretas de vida da população atendida. Do mesmo modo, conforme aponta Yamamoto (2007), a atuação do psicólogo no setor público, por si só, não representa um indicador do compromisso social do profissional. Muitas práticas intitulam-se de transformação social, sem, contudo significar mudanças na realidade das pessoas e das comunidades. Determinadas formas de intervenção no setor público podem caminhar em direção oposta à transformação social e ao compromisso social. Muitas dessas práticas caminham no sentido oposto ao de transformação, embora no discurso intituem-se como sendo práticas transformadoras.

Lopes (2005) pontua que a preocupação do psicólogo com as condições de vida da população geral e com os problemas relativos à estrutura social não tem se refletido na mesma intensidade em ações concretas a partir de tais preocupações. Freitas (2005) destaca também a importância em se identificar a relação entre a prática desenvolvida nos trabalhos comunitários e os projetos políticos implicados. A autora esclarece que o caráter de transformação social do trabalho comunitário não é dado simplesmente por ser realizado com sujeitos novos ou com recursos nunca realizados ou ainda em situações desafiadoras (Freitas, 2005). Os trabalhos comunitários poderiam ainda estar identificados em diferentes dimensões, transformadoras em alguns momentos, “sem necessariamente implicar numa proposta de transformação social na sua totalidade ou nos aspectos estruturantes” (Freitas, 2005, p. 50).

Existem práticas inéditas com caráter de não transformação, assim como práticas transformadoras que não são necessariamente inéditas. Avaliar a prática e suas consequências no cotidiano de vida das populações atendidas tem disso um desafio para os profissionais deste campo.

A definição de práticas comprometidas com a transformação social exige um movimento crítico na análise e produção de conhecimento e de formulação de intervenções que englobem a complexidade que podemos observar no tema.

Concordamos com Yamamoto (2007) que, para um compromisso com a transformação social, faz-se necessário ampliar os limites da dimensão política da ação profissional do psicólogo. É essencial na prática comunitária a compreensão das repercussões das questões estruturais da sociedade no cotidiano das comunidades atendidas e de uma reflexão sobre a atuação do profissional de Psicologia nos contextos institucionais públicos.

Pereira (CFP, 2007b, p.72) reforça este aspecto ao afirmar que:

Ressaltar a necessidade de pensarmos sobre a relação entre a Psicologia o domínio do público tem aqui uma aposta que afirmo ser da ordem da resistência, e apostar em uma contra-tendência hegemônica e fazer, então, esse movimento de resistência no sentido positivo, portanto, na compreensão política que se pode dar a essa noção, obriga a Psicologia a fazer um desvio. ... Fazer esse desvio da Psicologia é engajá-la em um movimento crítico.

Considerações finais

À Psicologia Social Comunitária e aos psicólogos da área cabem a explicitação de “um compromisso político e adoção de práticas psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção de atores coletivos” (Freitas, 2005, p. 52). Ao psicólogo cabe, então, assumir sua função social e política, uma vez que a intervenção profissional “é sempre posicionada e deve ser objeto de reflexão constante, a fim de que esse posicionamento fique claro” (Gonçalves, 2003, p. 278).

Para Martin-Baró (1997, p.7) “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”. O psicólogo brasileiro e latino-americano se assume um compromisso com a maioria da população deve ter como horizonte a perspectiva das massas populares, voltando sua prática para a melhoria das condições de vida da população e assumindo um compromisso de transformação da realidade social.

Essas contribuições denotam que é preciso mudar a prática e a formação dos profissionais de psicologia para sua inserção e atuação nos espaços comunitários e dos serviços públicos. As tensões e conflitos diários presentes no exercício cotidiano do trabalho neste campo, tornam o profissional da psicologia ou um mero repetidor de práticas que não resultam na efetiva mudança ou em alguém que, por buscar saídas na psicologia conservadora e hegemônica, acaba desistindo de fazer avançar a profissão como ferramenta de mudança social.

A inserção do psicólogo no campo da Assistência Social requer a construção não somente de novas

metodologias, mas de uma reflexão crítica acerca da própria atuação profissional num cenário de profundas desigualdades sociais, acerca da constituição da sociedade no sistema capitalista, das políticas que prometem mudanças impossíveis de acontecerem.

Um novo projeto ético-político-profissional é necessário para a Psicologia de modo que seja capaz de nortear a natureza, os objetivos e os próprios limites das intervenções neste campo. O projeto do “compromisso social do psicólogo” já se esgotou para a psicologia, pois mesmo com alguns avanços, tornou-se esvaziado de sentido quando não aprofunda as contradições existentes na sociedade e na própria profissão.

Uma prática comprometida com a transformação social da realidade requer um maior debate, portanto, sobre esse sujeito que implementa as políticas públicas, o profissional no campo da Assistência Social. O protagonismo do psicólogo na construção de uma outra psicologia exige uma perspectiva crítica e constante articulação com as políticas públicas vigentes, especialmente com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Agradecimentos

O presente artigo constitui parte da tese “Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento”, defendida por Carmem M.G. Senra em fevereiro/2009, com bolsa de estudo da CAPES e sob a orientação da Prof^a Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo.

Referências

- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez Editora.
- Botarelli, A. (2008). *O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis*. Tese de Doutorado, Psicologia, PUC-SP, São Paulo.
- Botomé, S. P. (1979). A quem, nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5(1), 1-16.
- Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação e Sociedade*, 5(16), 74-84.
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (2007a). *Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CRE-

- POP). Acesso em 23 de setembro, 2007, em http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoes-Documents/cartilha_crepop_cras_suas.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2007b). *Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Maceió, AL. 132 páginas. Acesso em 08 de julho, 2008, em <http://www.crprj.org.br/publicacoes/relatorios/relatorio-4seminariopoliticaspublicas.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Acesso em 22 de setembro, 2007, em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>
- Freitas, M. F.Q. (2005). (In) coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. *Revista Psico*, 1(36), 47-54.
- Gonçalves, M. G. M. (2003). A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 277-293). São Paulo: Cortez Editora.
- Guareschi, P. (2001). Compromisso social da Psicologia. In E. A. Tomanik & A. M. P. Caniato (Orgs.), *Compromisso Social da Psicologia* (pp.60-97). Porto Alegre: Editora ABRAPSOSUL.
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. (2004). *Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia*. Acesso em 06 de outubro, 2007, em http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/faq/faqDocumentos/Pesquisa_IBOPE.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Perfil dos municípios brasileiros: Assistência Social – 2005*. Acesso em 23 de outubro, 2007, em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/assistencia_social2005/default.shtm
- Lopes, A. A. (2005). *O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia: Ciência e Profissão*. Dissertação de Mestrado, Psicologia, UFSC, Florianópolis, SC.
- Martin – Baró, I. (1997, janeiro/junho). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 1, 7-27.
- Martinez Mitjans, A. (2003). Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 143-160). São Paulo: Cortez.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology: Psychological discourse and the status quo*. NY: SUNY Press
- Senra, C. M. G. (2005). *Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUC-Campinas, Campinas, SP.
- Yamamoto, O. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 1(19), 30-37.
- Yamamoto, O. H. & Paiva, I. L. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.
- Recebido em: 27/02/2009
Revisão em: 26/06/2010
Aceite em: 11/04/2011
- Carmem Magda Ghetti Senra* é Doutora em Psicologia pela PUC-Campinas (2009). Psicóloga na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Campinas. Endereço: R. Dr. Herculano Gouveia Neto, 460 – bl. G/62. Vila Campos Sales. Campinas/SP, Brasil. CEP 13040-460. Email: carmemsenra@yahoo.com.br
- Raquel Souza Lobo Guzzo* é Professora titular da PUC-Campinas na graduação e pós-graduação em Psicologia. Pós-doutorado pela University of Rochester (1999). Endereço: Rua Santa Monica, 136. Jd. Santa Marcelina. Campinas/ SP, Brasil. CEP 13100-101. Email: rguzzo@mpc.com.br

Como citar:

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.